



CERTIFICO QUE O PRESENTE AT/INSTRUMENTO LEGAL FOI
PUBLICADO NESTA DATA POR AFIXAÇÃO NO QUADRO DE ATOS E
PUBLICAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE, NA
FORMA DO DISPOSTO NO INCISO XIII DO ARTIGO 6º DA LEI Nº
8.666/93, INCISO X DO ARTIGO 28 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,
ARTIGO 25 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E NOS TERMOS
RECOMENDADOS PELOS STJ NO RESP. 105.232-CE 1996 0053484-5
MARANGUAPE, 20 DE Novembro DE 2021

SERVIDOR RESPONSÁVEL

RESOLUÇÃO DO COMDEMA Nº 004, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

**DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO
AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DOS SERVIÇOS DE
SANEAMENTO BÁSICO – COMDEMA.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 1º da Lei Municipal nº 1.087/91 e o Art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

RESOLVE:

Estabelecer seu regimento interno, a que segue.

CAPÍTULO I

Do Objetivo

Art. 1º O presente regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Controle Social dos Serviços de Saneamento Básico - COMDEMA.

§1º. A expressão Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Controle Social dos Serviços de Saneamento Básico e a sigla COMDEMA se equivalem para efeitos de referência e comunicação.

Art. 2º. Para os fins previstos nesse regimento, entende-se por:

I – maioria simples: corresponde a mais da metade dos votantes presentes à sessão, desde que seja respeitado o *quorum* para a deliberação/votação.

II – maioria absoluta: corresponde ao primeiro número inteiro acima da metade do total de conselheiros efetivos (computando os presentes e ausentes à reunião).

III – Instrução Normativa: ato administrativo que tende a completar/viabilizar o previsto em Resoluções, neste regimento e Decretos do poder público municipal.

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

IV – Resolução: destinada a disciplinar assuntos relacionados ao meio ambiente local, inclusive as questões alusivas a água e esgoto. São atos administrativos normativos através das quais disciplinam matéria da competência ambiental de caráter local.

V – Norma Regulamentadora: conjunto de disposições e procedimentos técnicos relacionados à segurança, saúde e qualidade ambiental, cujo aplicação é imprescindível para o atendimento ao disposto nas Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental.

VI – Moção: proposição que oportuniza ao COMDEMA aplaudir ou repudiar todo e qualquer ato ou omissão do Poder Público e da Sociedade Civil, em todas as esferas.

CAPÍTULO II

Da Finalidade e da Competência

Art. 3º. O COMDEMA, criado como órgão colegiado nos termos da Lei nº 1.087/91, de 11 de junho de 1991, integra o Sistema Municipal do Meio Ambiente e tem por finalidade assessorar o/a Chefe do Poder Executivo, o/a secretário/a do Meio Ambiente e o/a secretário da Saúde, em assuntos de política de proteção ambiental e saneamento básico, competindo-lhe especialmente:

- I – Examinar e assessorar os planos anuais e/ou plurianuais do órgão ambiental municipal;
- II – Acompanhar as metas de universalização do acesso à água e esgoto no âmbito municipal;
- III – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do disposto nos Plano Municipais de Saneamento Básico, Drenagem, Educação Ambiental, Arborização Urbana, Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e outros equivalentes ou correlatos;
- IV – Colaborar com agência de água e esgoto e com outros órgãos públicos e particulares na solução dos problemas do Saneamento Básico no Município;
- V – Colaborar com o órgão ambiental municipal e com outros órgãos públicos e particulares na solução dos problemas ambientais do Município;
- VI – Sugerir ao Chefe do Poder Executivo medidas destinadas a preservar o meio ambiente do Município;
- VII – Estimular a realização de campanhas educativas, para mobilização da opinião pública, em favor da preservação ambiental e da importância do Saneamento Básico no município;
- VIII – Promover e estimular a celebração de Convênios, ajustes e acordos, com entidades públicas e privadas para execução de atividades ligadas aos seus objetivos;
- IX – Acompanhar e assessorar, em comum acordo com o órgão ambiental municipal a implantação e execução da Política Municipal do Meio Ambiente e da Política Municipal de Saneamento Básico ou correlatos;

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

X – Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente (natural e construído) com vistas à utilização, preservação e conservação dos recursos ambientais no âmbito local;

XI – Sugerir aos organismos públicos municipais, em caráter geral ou condicional, que imponham aos agressores do ambiente a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos, bem como a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamentos de estabelecimentos municipais de crédito;

XII – Sugerir o órgão ambiental municipal a suspensão das atividades poluidoras, contaminadoras e degradadoras do ambiente;

XIII – Sugerir aos organismos públicos Federal, Estadual e Municipais, que promova mecanismos tais como Debates e Audiências públicas, relacionada aos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007 Art. 2º e Art. 47

XIV – Decidir sobre assuntos encaminhados à apreciação pelo Plenário do COMDEMA;

XV – Atender as consultas públicas sobre assuntos relacionada aos serviços públicos de saneamento básico, encaminhados à sua apreciação pelo Colegiado;

XVI – Deliberar sobre os assuntos encaminhados ao COMDEMA pelo órgão ambiental municipal, secretaria municipal de saúde, outros órgãos do poder público, agência de água e esgoto e demais entidades/instituições;

XVII – Executar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 4º. Integram o plenário do COMDEMA:

I – O secretário do órgão ambiental municipal competente e seu respectivo suplente, de livre escolha por parte da secretaria;

II – Um representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente ou Secretaria Estadual de Saúde e seu respectivo suplente, ambos de livre escolha por parte da secretaria delegada;

III – Um representante do órgão ambiental federal ou da Universidade/Instituto federal existente no município ou do órgão afim federal existente no município e seu respectivo suplente, ambos de livre escolha por parte do órgão/universidade/instituto/instituição.

IV – Um representante do órgão municipal de saúde e seu respectivo suplente, de livre escolha por parte da secretaria;

V – Um representante do órgão municipal de infraestrutura e seu respectivo suplente, de livre escolha por parte da secretaria;

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

CP

VI – Um representante do órgão/agência/instituição prestadores de serviço público de água e esgoto no município e seu respectivo suplente, de livre escolha por parte da secretaria;

VII – Um representante da Câmara Municipal e seu respectivo suplente, de livre escolha por parte da Câmara;

VIII - 06 vagas de membros natos e seus respectivos suplentes para a Sociedade Civil Organizada, a serem escolhidos mediante processo seletivo que deverá ser amplamente divulgado.

§ 1º Os membros da Sociedade Civil Organizada terão um mandato de 02 (dois) anos consecutivos, permitida uma única recondução.

§ 2º O mandato dos Conselheiros somente poderá ser suspenso ou extinto por ato do Prefeito, após provocação do órgão ou entidade representada, assegurado ao Conselho em questão o direito de ampla defesa perante o respectivo órgão ou entidade representada e ainda o direito de manifestar-se perante o COMDEMA, quanto à motivação da suspensão ou extinção de seu mandato.

§ 3º O Conselheiro que deixar de comparecer e não for representado pelo suplente em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas, sem prévia justificativa até o início da reunião, perderá o direito a vaga para aquele mandato, o que se fará por decisão da maioria absoluta do Colegiado.

§ 4º Em caso de vacância, caberá ao Plenário a incumbência de convocar outro órgão ou entidade, seja ele público ou privado, para compor o conselho. Ficará o plenário livre para a escolha, desde que a entidade escolhida seja afim ao meio ambiente e/ou à água e esgoto.

§ 5º Os Conselheiros e respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria de Nomeação. O preenchimento da (s) vaga (s) vacantes será determinado por Resolução do COMDEMA.

CAPÍTULO IV

Da Organização

Art. 5º – Compõe o COMDEMA:

I – Direção

II – Plenário

III – Câmaras Técnicas

§ 1º. Conforme estipula a Lei Municipal nº 1.087, de 11 de junho de 1991, compõem a Direção do COMDEMA: o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Executivo.

§ 2º. O presidente será o secretário da secretaria municipal do Meio Ambiente, cuja vaga nata lhe é

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

garantida.

§ 3º. O Vice-Presidente será eleito na primeira reunião da gestão, por maioria simples dos votos de seus integrantes.

§ 4º. O Secretário Executivo será um funcionário do órgão ambiental municipal, delegado pelo presidente para este fim, e não comporá vaga de conselheiro.

Art. 6º – São de caráter deliberativo:

I – A Presidência;

II – O Plenário, que é o Órgão máximo do Conselho;

IV – As Câmaras Técnicas, que serão Permanentes ou Temporárias.

§ 1º Cabe à presidência a expedição da Instrução Normativa como documento deliberativo.

§ 2º A determinação de uma câmara técnica, seja ela permanente ou temporária, será via Resolução do COMDEMA.

§ 3º As Resoluções do COMDEMA serão votadas em Plenário.

§ 4º Cabe à Câmara Técnica a expedição da Norma Regulamentadora como documento deliberativo.

§ 5º Quando à Câmara Técnica couber a construção de um relatório, o mesmo deverá ser votado em plenário para, somente após e por meio da expedição de uma Resolução, ser expedido o documento regulamentador.

Seção I

Da Presidência

Art. 7º A Presidência do COMDEMA será exercida pelo secretário do órgão ambiental municipal, conforme prevê a Lei nº 2.870, de 14 de agosto de 2020, competindo-lhe especialmente:

I – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado e promover as comunicações correspondentes;

II – Ordenar o uso da palavra, de forma a garantir o direito de manifestação a todos os Conselheiros, observada a ordem de inscrição dos mesmos;

III – Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Colegiado, intervindo na ordem dos trabalhos sempre que se fizer necessário.

IV – Designar relatores ad referendum do Colegiado;

V – Despachar o expediente e dar conhecimento do seu conteúdo ao Colegiado;

VI – Fazer cumprir as deliberações do Colegiado;

VII – Assinar e encaminhar as Resoluções para as instituições competentes;

VIII – Propor ao Colegiado, na última reunião do ano, o calendário anual de reuniões para o ano seguinte;

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

- IX – Representar o COMDEMA perante a população em geral e os órgãos do Poder Público, inclusive judicialmente;
- X – Expedir Resoluções, inclusive normativas, para complementação e suprimento de lacunas deste Regimento, estas “ad referendum” do Colegiado;
- XI – Propor a criação de Câmaras Técnicas, submetendo-as à apreciação do Colegiado;
- XII – Apurar e proclamar os resultados das votações do Colegiado;
- XIII – Zelar pelo cumprimento deste Regimento; e
- XIV – Resolver, “ad referendum” do Colegiado, os casos omissos deste Regimento.

Seção II

Do Plenário

Art. 8º – O Plenário é o órgão máximo de deliberação do Conselho, que atuará em igualdade de condições, vedado o estabelecimento de hierarquia ou distinção de peso entre seus votos.

Parágrafo Único. A presença do Conselheiro titular exclui de voto o respectivo suplente, sendo-lhe, porém, facultado o direito de voz nas reuniões, desde que de acordo pela maioria simples do Plenário, observada a disponibilidade máxima de tempo que lhe é assegurado. Na ausência do titular, fica garantido o direito a voto e voz por parte do suplente.

Art. 9º – Compete ao Plenário

- I – Apreciar os atos da Presidência, Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, quando proferidos “ad referendum”;
- II – Aprovar o calendário anual de reuniões;
- III – Aprovar a criação de Câmaras Técnicas;
- IV – Alterar este Regimento, após votação e escolha por maioria absoluta no colegiado, cujas deliberações se transformarão em Resoluções;
- V – Aprovar a participação e/ou convocar representantes ou especialistas;
- VI – Baixar as Resoluções de sua competência necessárias à regulamentação e implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;
- VII – Aprovar as normas e critérios definidos pelo órgão ambiental municipal para licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;
- VIII – Apreciar os Pareceres Técnicos do órgão ambiental municipal relativos ao licenciamento de obras e/ou empreendimentos de significativo impacto ambiental, para os quais se exige estudo ambiental equivalente;
- IX – Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade do meio

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br



ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos naturais;

X - Colaborar com o órgão/agência/instituição prestadores de serviço público de saneamento básico no municipal na solução dos problemas do Saneamento Básico no Município;

XI - Estimular a realização de campanhas educativas, para mobilização da opinião pública em favor a importância do saneamento básico no município;

XII - Sugerir aos organismos públicos Federal, Estadual e Municipais, que promovam mecanismos tais como Debates e Audiências públicas, relacionada aos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com a Lei nº 11.445/2007 Art 2º e Art. 47;

XIII- Atender as consultas públicas sobre assuntos relacionada aos serviços públicos de saneamento básico, encaminhados à sua apreciação pelo Colegiado;

XIV- Decidir sobre assuntos encaminhados à sua apreciação pelo Colegiado;

XV - Apreciar os Laudos ou Relatórios Técnicos da cessionária de água e esgoto relativos as análises microbiológicas da água ou outros, avocados a partir do relatório mensal encaminhado ao Conselho pelo órgão ambiental do Município

XVI - Acompanhar a manutenção da rede de abastecimento de água realizada pela cessionária de água e esgoto neste Município;

XVII - Responder aos questionamentos das Consultas públicas sobre assuntos relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

XVIII – Exercer outras atribuições que sejam de sua competência.

Art. 10 – As matérias sujeitas à votação do Colegiado enquadrar-se-ão como:

I – **RESOLUÇÃO** – quando se tratar de deliberação vinculada à competência legal do COMDEMA;

II – **MOÇÃO** – manifestação de qualquer natureza relacionada com a temática ambiental.

§ 1º – As Resoluções e Moções serão datadas e enumeradas em ordem distintas, cabendo à Secretaria Executiva ordená-las e indexá-las.

§ 2º – As Resoluções e Moções aprovadas pelo COMDEMA, serão referendadas e assinadas por seu Presidente, cabendo à Secretaria Executiva dar o seu devido encaminhamento.

Seção III

Dos Membros do Conselho

Art. 11 – Compete aos Conselheiros:

I – Comparecer, participar e votar nas reuniões plenárias;

II – Debater as matérias em discussão;

III – Requerer informações, providências e esclarecimentos à Presidência e à Secretaria Executiva;

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br



IV – Pedir vistas de processos em pauta, o que deverá ser objeto de aprovação por maioria simples do Colegiado;

V – Relatar matérias que lhe forem distribuídas dentro dos prazos fixados pelo Colegiado;

VI – Participar e votar nas Câmaras Técnicas;

VII – Propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário, bem como reuniões extraordinárias;

VIII – Levantar questões de ordem no decorrer da reunião;

IX – Realizar visitas e inspeções a órgãos públicos e empresas privadas, para o cumprimento de suas atribuições, por expressa delegação do Colegiado;

X – Propor, desde que endossado por maioria simples, a Criação de Câmaras Técnicas e alterações neste Regimento;

XI – Desempenhar outras atividades que lhes decorram das composições deste Regimento ou que lhes foram delegadas pelo Colegiado.

Parágrafo Único. As matérias propostas à deliberação em Plenário serão encaminhadas à Presidência do COMDEMA pelo menos 10 (dez) dias antes da reunião em que entrará em pauta.

Seção IV

Da Secretaria Executiva

Art. 12. O órgão ambiental municipal delegará um dos seus funcionários para a Secretaria Executiva do COMDEMA, funcionando como integrante da Direção e auxiliar executivo do Colegiado e das Câmaras Técnicas, desempenhando atividades de apoio técnico, jurídico e administrativo e de execução das deliberações do Conselho.

§ 1º O/A secretário/a executivo/a não será considerado conselheiro, não cabendo ao mesmo, portanto, direito a voz e voto.

§ 2º A determinação do/a secretário/a executivo dar-se-á por meio de ato administrativo do presidente do COMDEMA.

Art. 13. Compete a Secretaria Executiva:

I – Secretariar as reuniões do Colegiado, lavrando as atas respectivas e prestando informações sobre as matérias em pauta;

II – Solicitar aos Conselheiros esclarecimentos necessários à correta lavratura da ata;

III – Receber a correspondência e prepará-la para despacho da Presidência, a qual deverá ser levada ao conhecimento do Colegiado;

IV – Redigir, sob a forma de Resoluções ou Moções, as deliberações do Colegiado;

V – Elaborar o relatório de atividades do COMDEMA, submetendo-o ao Colegiado;

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br



VI – Cumprir outros encargos que lhe forem atribuídos pelo Presidente ou Colegiado.

Seção V

Das Câmaras Técnicas

Art. 14. O COMDEMA poderá constituir Câmaras Técnicas, propostas por qualquer Conselheiro ou por iniciativa própria do Presidente, submetida à aprovação do Plenário.

§ 1º As Câmaras Técnicas, permanentes ou temporárias, terão suas composições e funcionamento expressas em ato deliberativo do plenário do COMDEMA. As mesmas serão conformadas por, no mínimo, 03 (três) membros, dentre os quais serão um Coordenador e um Relator.

§ 2º Os Relatórios Finais das Câmaras Técnicas deverão ser apresentados ao Colegiado até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das reuniões do Conselho, cuja pauta inclua o processo em referência.

Art. 15. As Câmaras Técnicas Temporárias serão propostas pelo Colegiado mediante resolução em que especificará o número e nome das respectivas entidades integrantes, o prazo de funcionamento e a finalidade para que se instituiu.

Art. 16. Às Câmaras Técnicas compete:

- I – Emitir Relatórios e Pareceres às matérias de sua competência nos prazos devidos;
- II – Elaborar propostas de resolução e outros atos normativos, ou de interesse ambiental, a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo Municipal, após aprovados pelo Colegiado;
- III – Relatar e submeter à aprovação do Colegiado, assuntos a eles pertinentes;
- IV – Exercer outras atividades correlatas que lhes sejam delegadas pelo Colegiado.

Art. 17. As propostas das Câmaras técnicas serão tomadas por votação da maioria simples de seus membros.

§ 1º – Nas reuniões do Colegiado, o processo será apresentado pelo Relator da Câmara Técnica com o respectivo Relatório e Parecer conclusivo.

§ 2º – Das reuniões das Câmaras Técnicas serão lavradas atas sucintas em livro próprio, e assinadas pelos membros presentes.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento do Colegiado

Seção I

Das Reuniões

Art. 18. O Colegiado se reunirá ordinariamente, mensalmente, em datas fixadas em calendário estabelecido mediante deliberação e, extraordinariamente, toda vez que convocado pelo Presidente

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º As reuniões ordinárias independem das convocações, uma vez publicado o calendário fixador de suas datas.

§ 2º As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas no próprio plenário e /ou (um terço) mediante notificação aos membros do COMDEMA.

§ 3º A ordem do dia será elaborada pelo Secretariado Executivo, sob orientação do Presidente que designará os assuntos a serem tratados prioritariamente pelo Colegiado.

§ 4º A realização das reuniões do Conselho independe de quantidade mínima de presença de conselheiro, no entanto, as votações de atos deliberativos somente poderão ser promovidas com a existência de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros para o que se fará uma primeira verificação do *quorum*, na hora estabelecida na pauta da reunião.

§ 5º Se na primeira verificação do *quorum* não houver número suficiente para votar os atos deliberativos, será feita uma segunda e última verificação 20 (vinte) minutos após, concluindo com a possibilidade, ou não, de colocar deliberações em votação.

§ 6º Na hipótese de inexistência do *quorum* referido no parágrafo anterior, as votações não deverão ser promovidas.

§ 7º As reuniões do COMDEMA serão públicas, sendo, entretanto, o direito de voz assegurado privativamente aos Conselheiros, salvo situações excepcionais desde que aprovadas por maioria simples do Colegiado.

§ 8º Em caso específico, ou quando se fizer necessário poderão ser chamados a participar das reuniões do COMDEMA, com direito a voz, representantes de outras entidades e/ou especialistas em matéria de interesse do assunto ou pauta, desde que aprovado por maioria simples do Colegiado.

§ 9º A partir da notificação da reunião, ficará incumbido o Conselheiro titular de dar conhecimento da mesma ao seu suplente, que o substituirá nas suas faltas ou impedimentos.

Seção II

Da Ordem dos Trabalhos

Art. 19. Abertos os trabalhos, o Presidente determinará ao Secretariado Executivo, se for o caso, a verificação do *quorum* e a leitura da ata da reunião anterior, que poderá ser dispensada com a concordância da maioria simples do Colegiado.

Art. 20. Feitas as correções eventualmente indicadas e aprovada a ata, o Presidente facultará a palavra aos Conselheiros, que disporão de 15 (quinze) minutos para a apresentação de seus informes, por

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

ordem de inscrição.

Art. 21. Em seguida, o Presidente porá as matérias da reunião do dia na sequência em que dela constarem.

Parágrafo Único. Cada matéria será relatada por seu proponente.

Art. 22. Na ausência do proponente da matéria a ser discutida, o Presidente designará um relator, escolhido dentre os Conselheiros presentes, *ad referendum* do Colegiado.

Parágrafo Único – O Relator poderá, após seu pronunciamento, proferir seu voto.

Art. 23. Relatada a matéria e/ou proferido o voto do Relator, o Presidente facultará a palavra aos demais Conselheiros, pela ordem de inscrição e pelo tempo de 05 (cinco) minutos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) minutos após assegurado o direito de manifestação a todos os Conselheiros presentes.

Art. 24. Concluídos os debates, o Presidente dará início a votação, pela chamada nominal dos órgãos ou entidades representadas, votando, entretanto, em primeiro lugar o Relator. Ao Presidente cabe o voto de desempate, quando for o caso.

§ 1º A votação será nominal e aberta;

§ 2º Caso seja de interesse do Conselheiro, este poderá fazer sua declaração de voto, a qual constará na ata.

§ 3º Findada a votação, o Presidente apurará e proclamará o resultado final, determinando ao Secretário Executivo fazê-lo constar em ata.

§ 4º As atas, redigidas de forma sucinta depois de aprovadas, serão arquivadas na Secretaria Executiva.

Art. 25. Até o início da votação, qualquer dos Conselheiros poderá pedir vistas da dissertação relativa à matéria em deliberação, que o Colegiado poderá deferir por maioria simples, no máximo até a reunião ordinária, imediatamente subsequente, para quando se adiará a deliberação.

Art. 26. Os assuntos incluídos em pauta, que por qualquer motivo não forem discutidos ou votados, deverão sê-los na reunião ordinária subsequente, podendo, entretanto, em razão da relevância da matéria, ser convocada em reunião extraordinária.

Parágrafo Único. Se mais de um conselheiro pedir vistas, os requerentes dividirão entre si o prazo previsto no caput deste artigo.

Seção III

Das Deliberações

Art. 27. As deliberações do Colegiado serão tomadas em regra, por maioria simples de votos presentes à reunião, cabendo ao Presidente o voto de desempate, este último se, em segunda discussão

Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB

Av. Dr. Estênio Gomes, 795 - Aldeoma - 61948-040 | Maranguape - CE

Fone: (85) 3369-9158 | Site: www.maranguape.ce.gov.br | E-mail: semurb@maranguape.ce.gov.br

CP

persistir o empate.

Seção IV

Das Disposições Gerais

Art. 28. O Presente Regimento somente poderá ser emendado ou revisto por proposta subscrita, no mínimo pela maioria simples dos Conselheiros.

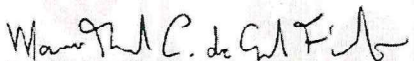
Art. 29. Registrando-se dúvidas de interpretação, ou constatando-se lacunas neste Regimento, o Colegiado deverá decidir a respeito.

Art. 30. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 31. Esta publicação entra em vigor na data de sua aprovação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Maranguape/CE, 26 de novembro de 2021.



MARCUS RAIMUNDO CARVALHO DA SILVA FILHO

Presidente do COMDEMA